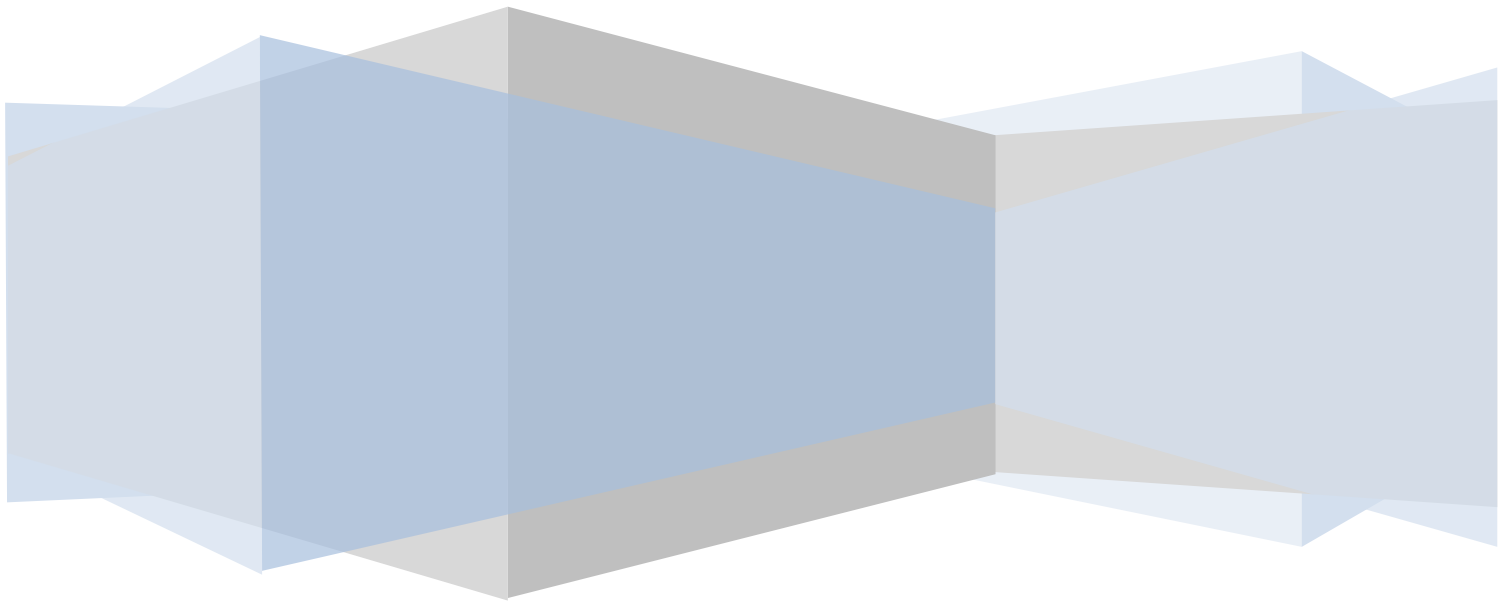


**Minuta**

**Grupo de Trabalho GT1**  
**Reformulação do Sistema Elétrico**

**DIRETRIZES PARA O SISTEMA**  
**ELÉTRICO BRASILEIRO**

**PROPOSTA DE RESUMO EXECUTIVO COM DIRETRIZES**  
**PARA APROVAÇÃO NO CONSELHO DIRETOR**



## Sumário Executivo

1. O suprimento de energia elétrica é um serviço público, de obrigação do Estado que, por suas características tem enorme importância estratégica. No entanto, a distribuição não deixa de ser uma atividade comercial que compra dos produtores e vende aos consumidores. Tem significado estratégico especialmente ao atender o setor industrial, as atividades comerciais e o consumo residencial, nas áreas urbanas e rurais. Neste último caso, a disponibilidade de energia elétrica é um direito de cidadania e uma forma de inclusão social.

2. O Estado brasileiro tem a responsabilidade de prover energia elétrica para a população, mas perdeu sua capacidade financeira e corre-se grande risco de, ao terminar o período recessivo, haver insuficiência de instalações para suprir a eletricidade. Assim a discussão de se trazer capitais privados pode ser prioritária, para que se proponham os melhores caminhos para tal. De início cabe separar a distribuição da geração e transmissão. Também é importante separar o *green* e o *brown field*. Por fim há características específicas dos capitais nacional e estrangeiro para avaliar.

3. Releva, pois, a discussão da origem do capital. Se de capital nacional (aportado por residentes no Brasil), não há porque criar barreiras. Porém se externo, há três aspectos essenciais a debater. Em primeiro lugar as redes de distribuição já existem e elas seriam simplesmente *vendidas*, sem agregação ao Investimento Nacional; novos investimentos seriam de valor reduzido, apenas para atender à manutenção e ao atendimento do aumento da carga. A seguir não entrariam recursos financeiros no País, elevando-se o montante das reservas internacionais (que já são muito elevadas, percebendo juros irrisórios) e obrigando o Governo Brasileiro a emitir títulos da dívida pública para disponibilizar o equivalente em moeda nacional, pagando juros altíssimos. E esse capital exige elevada remuneração, enviada para o exterior a título de dividendos, impactando negativamente o Balanço de Pagamentos.

4. No tocante à geração e à transmissão, além dos óbices apontados anteriormente, existe fundamental questão estratégica. Energia é Poder. Privatizar, mesmo que para capitalistas nacionais é discutível e, para os estrangeiros, extremamente arriscado. Acresce que esses querem comprar instalações existentes com rentabilidade imediata e, para aplicar em *green field*, praticamente exigem a participação de empresas brasileiras, de preferência estatais e financiamento do BNDES, que o vem fazendo. Aplicar dinheiro do povo em favor de instituições estrangeiras carece de justificativa, pois para se permitir que se instalem em território brasileiro, cabe exigir que tragam capital e tecnologia, sem recorrer a recursos financeiros do Brasil.

5. A geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil têm características singulares que se destacam, positivamente, no contexto internacional. Desde seu embasamento legal consagrado na Constituição Federal, incluindo tanto aspectos de

concepção técnica dos investimentos, quanto de procedimentos operacionais para produção e comercialização da energia e até a natureza dos agentes que se ocupam dessas atividades, públicos e privados, o cenário é complexo. Pelo aspecto físico é predominantemente hidrelétrico, dotado de grandes reservatórios e de características cooperativas entre usinas. Isto é uma singularidade mundial, portanto bastante distinto de outros países que implantaram a competição na geração.

6. À cada estação seca, a população é alarmada sobre o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e a possibilidade de aumento da tarifa de energia em função da necessidade do uso mais dispendioso das usinas termelétricas. Assim a garantia da segurança energética brasileira repousa em uma matriz de base hidrelétrica com reservatórios, complementada na base, pela geração térmica – que deveria ser especialmente de fonte nuclear - assegurando a preservação dos níveis mínimos de água dos reservatórios. Isso porque o aproveitamento nuclear não está sujeito a variações de regimes hidrológicos, proporcionando a consequente previsibilidade e estabilidade das tarifas de energia. A este sistema dual devem ser agregadas as gerações das demais fontes, nestas incluídas predominantemente as renováveis, ainda não possíveis de operar na base pelas respectivas sazonalidades e intermitências.

7. Cabe lembrar as pressões contra a construção de usinas com reservatórios sazonais, o que agrava a situação, sobretudo acentuando os problemas decorrentes das sazonalidades. A discussão do impacto ambiental das hidrelétricas é complexa e há árdios defensores dessa solução, o que pode ser muito positivo se houver determinados cuidados prévios, como o desmatamento das áreas a serem inundadas, dentre outros. Mas não se pode negar que o impacto negativo das térmicas é enorme e flagrante.

8. Este documento aborda as questões acima referidas buscando justificar as diretrizes propostas para a correção dos problemas atuais, e para a expansão do sistema. Tudo visando o resgate e o fortalecimento do caráter e conceito de serviço público, que se entende deva ter a oferta e a disponibilidade de energia elétrica no Brasil.

9. São apresentadas as seguintes proposições para:

(a) a continuidade do planejamento da expansão do setor, realizado pelo Estado Brasileiro, destacando-se o seu caráter amplamente participativo, contemplando instancias federativas, as empresas, os consumidores, agentes e pesquisadores;

(b) a mudança nos procedimentos para efetivar a expansão do setor, passando-se por leilões para contratação de capacidade/potência, ao invés da aquisição de energia. Este documento aborda, em caráter preliminar, a constituição de um Condomínio Comprador de Capacidades, sua concepção, estrutura e funcionamento, cabendo avançar na discussão e detalhamento da proposta;

(c) os ajustes necessários de natureza física, econômico-financeira, e organizacional na operação do sistema sob a gestão do ONS, bem como, nos modelos utilizados para o despacho da carga, a apuração e liquidação das diferenças de custos e preços, e nos órgãos e entidades que desempenham essas funções. Igualmente indispensável a formulação e o encaminhamento das

medidas necessárias à transição da situação atual para aquela decorrente da contratação de potência pelo Condomínio Comprador de Capacidades;

(d) aspectos diversos incluindo: considerações sobre o papel estratégico da Eletrobras; mudanças na distribuição com utilização de medidores inteligentes em clientes que ora consomem ou ora produzem energia; questões relacionadas à eficiência energética para decréscimos dos índices de perdas e a presença e participação dos profissionais do setor elétrico.

**10.** Finalmente e como já referido, é necessário equacionar e planejar a transição – a médio e a longo prazos – da situação atual para aquela que se propõe. Neste caso é imprescindível considerar os contratos de concessão atualmente existentes, especialmente com as empresas estaduais (CESP / CEMIG / COPEL) e com as distribuidoras e geradoras privadas. Na renovação da concessão da CEMIG e da COPEL parte substancial das usinas de geração destas foi readquirida, em leilão pelas concessionárias anteriores. No caso da CESP parte foi adquirida por empresa estrangeira. Isso resultou em fragmentação de agentes para geração e comercialização de energia nos subsistemas SUL e SUDESTE.